

SINDICATOS E PROCESSOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Analizando algumas conjunturas

Francisco Carlos Palomanes Martinho e Marco Aurélio Santana

Para Daniel Aarão Reis Filho, Elina Pessanha,
Francisco Carlos Teixeira da Silva e José Ricardo Ramalho,
amigos e mestres.

Introdução: sindicatos e democracia no Brasil

A experiência democrática no Brasil, passou por inúmeros percalços até seu actual processo de consolidação nos anos 1980/90. Ao longo do desenrolar de mais de cem anos de República, foram poucos os momentos nos quais esta se fez acompanhar pelo regime democrático. Se a partir da década de 1980 a democracia passou a estabelecer-se de forma mais duradoura e enraizada, esta não foi nem de longe a realidade em outros períodos.

Este artigo discute os limites e as possibilidades enfrentadas pelo movimento sindical brasileiro em meio aos chamados processo de redemocratização. Primeiro, naquele que é considerado o primeiro experimento real de democracia no Brasil, o período que se abre com a redemocratização dos anos 1940 e se fecha com o movimento militar de 1964 que, mais uma vez, bane os princípios democráticos, instaurando uma ditadura que duraria duas décadas. Depois, no processo que deflagra a distensão no regime ditatorial na conjuntura 1974/1978, momento no qual, motor e fruto da chamada *abertura política*, o sindicalismo brasileiro caminhou a passos largos para a retomada de seu lugar no cenário político nacional. Este momento serviu de preparação de terreno para seu *momento de ouro*, em termos organizativos e mobilizatórios, na primeira metade da década de 1980, que será nosso último ponto de análise.

Buscaremos mostrar que o movimento sindical desempenhou papel de destaque ao longo de diferentes processos de distensão política no Brasil, indicando de que modo os sindicatos, em uma estrada de mão dupla, ao mesmo tempo em que serviram como um dos motores mais importantes das conjunturas de redemocratização, ampliando sempre mais os direitos e as garantias para os trabalhadores naqueles contextos, se beneficiaram dos espaços que foram se abrindo com a descompressão dos regimes ditatoriais, o que lhes possibilitava novas perspectivas de organização e ação. Num e noutro caso, uma característica dominante é a relação de proximidade dos sindicatos com partidos políticos de esquerda. Esta proximidade, seja nos anos 1940/50 com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e com o Partido

Comunista do Brasil (PCB), seja nos anos 1970/80 com o Partido dos Trabalhadores, principalmente, jamais significou, entretanto, um alinhamento formal dos sindicatos para com os partidos.

O retorno à democracia nos anos 1940

Os meados da década de 1940 trouxeram importantes alterações no quadro da política nacional. Aliado externamente às forças democráticas, tendo inclusive, participado no conflito mundial junto aos aliados, e pressionado internamente por uma oposição crescente, o ditador Getúlio Vargas se viu impelido a elaborar uma estratégia de abertura e redemocratização. Nestes marcos, o movimento sindical desempenharia, naquela conjuntura, um papel de destaque. Vale destacar também, para esta primeira conjuntura de redemocratização, o papel desempenhado pelo Ministro do Trabalho de Getúlio entre 1942 e 1945, Alexandre Marcondes Filho que adoptou uma intensa e até então inédita política de divulgação das leis trabalhistas através do rádio. A acção de Marcondes no Ministério foi fundamental para que a herança de Vargas, principalmente no que concerne à legislação social-corporativa, se mantivesse em tempos democráticos, no que se convencionou chamar de trabalhismo.¹

Seria bastante difícil, a partir de então, separar a actuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) daquela do sindicalismo nacional. Praticamente desmembrado após a fracassada tentativa de tomada do poder em 1935, o que atraiu sobre eles uma dura repressão, os comunistas, aproveitando-se dos ares liberalizantes, se rearticulam e começam a integrar-se nas disputas políticas. Como Vargas pensava em capitanear o processo de transição para a democracia sem perder o poder, começa-se a articular a campanha por uma Assembleia Nacional Constituinte, que mantivesse o ditador à frente do processo: o movimento “queremista”, com a palavra de ordem “queremos Getúlio”.

Os comunistas, cientes pela orientação internacional da “frente antifascista”, de “ordem e tranquilidade”, vão ver na manutenção de Vargas à frente do processo, uma forma de transição mais segura, que não possibilitasse retrocessos e por isso, participam intensamente na campanha “queremista”. Vargas, também visando ter os comunistas como aliados, concede inclusive amnistia aos presos políticos comunistas, entre eles Luís Carlos Prestes, eleito Secretário-Geral do PCB enquanto ainda na prisão.

Livres para sua movimentação, os comunistas se empenham na articulação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que integrando sindicalistas de todo o país, teve destaque na referida campanha. O organismo intersindical trabalhará no sentido da democratização da vida política e sindical do país. Em seu manifesto de lançamento, o MUT indicava que se deveria ao mesmo tempo, lutar pela consolidação democrática e pela extinção dos órgãos de repressão originários do Estado Novo.² No plano mais geral, o MUT propõe uma luta pela ampla

liberdade de opinião e de organização política, para que se estruturassem os “grandes partidos democráticos”, e por um código eleitoral democrático que estabelecesse “normas sadias e respeitáveis” para a realização de eleições “livres e honestas”.

O clima de euforia democrática era grande. Depois de muitos anos o país se preparava novamente para viver eleições em diversos níveis até mesmo o presidencial. Porém, este processo não se daria sem abalos. O crescente apoio popular, espelhado nas grandes manifestações promovidas pelo MUT, fez com a União Democrática Nacional (UDN), partido liberal-conservador organizado em oposição a toda a herança varguista, desconfiando dos intentos continuístas de Vargas e sua possível interferência na eleição vindoura, articulasse um golpe que precipitou a renúncia do ditador. Esta articulação contou com o decisivo apoio de militares vinculados ao regime do Estado Novo e que demonstravam crescente preocupação com a gradual mudança do comportamento de Vargas, que transitava do explícito autoritarismo para uma aproximação maior com as camadas populares, em particular o proletariado urbano.

A queda de Vargas não refreou o ímpeto do movimento social que clamava pela democratização. O PCB, que vira em Vargas a possibilidade de uma transição sem atropelos, prossegue em sua luta para se reinserir no plano político mais amplo, usando para isso, em grande medida, sua já grande penetração no seio dos trabalhadores e de suas entidades representativas. O resultado eleitoral do partido, na eleição de 1945, na qual este obteve cerca de 10% dos votos, elegendo inclusive Luís Carlos Prestes, seu secretário-geral, para o senado, é prova disso.

A posse do presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra e o início dos trabalhos da Constituinte em 1946, vão se dar em meio a um ascenso do movimento reivindicativo dos trabalhadores. Se até ali, o PCB, liderando o movimento dos trabalhadores conseguiu fazer valer sua política de “ordem e tranquilidade”, a qual criticava as greves como elemento perigoso e facilitador de desordem social, o descontentamento já era generalizado entre os trabalhadores que desejavam, neste novo quadro democrático, reivindicar melhores condições de vida e trabalho.

Visando evitar as pressões dos conservadores que a todo instante tentarão imputar aos comunistas qualquer acto que eles identificassem como subversivos, estes, também orientados por sua linha política, foram deslizando de uma posição contrária às greves até aquela de apoio e organização de muitas delas.

O governo Dutra, embora eleito no auge do processo de democratização, seguiu uma linha bastante dura com o movimento dos trabalhadores instaurando medidas, como por exemplo o decreto anti-greve n.º 9070, que visavam castrar o movimento reivindicativo dos trabalhadores.

Enquanto isso, nos trabalhos da Constituinte, os comunistas iam tendo que lidar com a maioria esmagadora de conservadores que tentava acuá-los impedindo que desenvolvessem seus trabalhos parlamentares. Apesar disso, representaram, junto a outros sectores, uma alternativa progressista no interior da democracia que aflorava. Será a partir de sua intervenção, que se procurou dar uma face mais liberalizante a constituição que se buscava escrever. Não obtiveram muito êxito.

O PCB participou dos trabalhos na Constituinte, desde o seu início, com um

pedido de cassação de sua legalidade feita pelos conservadores. Este tipo de pressão se dava mesmo pelas forças policiais, externamente ao parlamento. Não foram raras as vezes nas quais os parlamentares comunistas tiveram suas casas invadidas e sofreram outras práticas contrárias à lei que lhes concedia imunidade parlamentar. Além disso, estiveram sob fogo cerrado da imprensa que quase sempre se referia aos mesmos como “vermelhos” e “agitadores”. A tenra democracia brasileira ia demonstrando o quanto nossas elites eram avessas à participação em seu meio, de qualquer dispositivo que representasse os interesses dos trabalhadores.

Com a chegada dos primeiros ventos da guerra-fria, o governo Dutra já estava pronto para tomá-la como cruzada. Diante do ascenso do movimento de greves, promove intervenção nos sindicatos e, atendendo a decisão judicial, cassa a legalidade do PCB. Dali em diante, o movimento dos trabalhadores e os comunistas, voltariam a ter de actuar sob condições que já conheciam bem: as condições da ilegalidade e da clandestinidade. Talvez só não esperassem que isto se daria sob os marcos do chamado regime democrático.

Este endurecimento do regime, promovido por Dutra, com seus duros impactos sobre a vida organizativa e mobilizatória dos trabalhadores, só começaria a ser diminuído com o retorno de Vargas à presidência, pela via do voto, na eleição de 1950. Vargas, pressionado pela oposição liberal-conservadora e perdendo terreno junto às camadas médias urbanas caminha, cada vez mais, para uma aproximação aos trabalhadores e seus sindicatos, possibilitando a estes, uma flexibilização do controlo estatal. Mesmo com o suicídio do presidente em 1954, as linhas gerais de orientação e inserção dos sindicatos no jogo político nacional já estavam lançadas e marcariam todo o período subsequente.

O ascenso operário e sindical na redemocratização

Ao longo dos anos 1950, o regime democrático foi se restabelecendo e, apesar de pequenos percalços, se ampliou garantindo a participação dos trabalhadores como agentes importantes no cenário político. O PCB, embora ilegal, conseguia um estatuto de semi-legalidade que possibilitou a reinserção de seus militantes não só no meio operário, mas na política em geral.

Aproveitando-se dos ares de liberalidade vigentes, o sindicalismo brasileiro, que passou rapidamente a ser capitaneado em sua fatia mais actuante pela aliança comunista-trabalhista, deu passos importantes em termos de sua organização tanto em termos de seus espaços no interior da estrutura sindical corporativa, quanto por fora dela através das chamadas organizações intersindicais, das quais este período foi pleno.³ Além disso, a pujança do movimento sindical pode ser aferida a partir dos inúmeros encontros sindicais e por importantes movimentos grevistas que, quer tenham sido de categorias específicas ou gerais, marcaram a conjuntura.

Ao mesmo tempo em que buscou crescer “para baixo”, no interior das empresas, o sindicalismo envidou esforços no sentido de crescer “para cima” não só

ocupando postos-chave no interior da estrutura sindical corporativa oficial, como também buscando alternativas à ela. Desta forma, assim como lutavam pelo avanço da democracia em termos do sistema político, os sectores hegemónicos no movimento sindical buscavam também a democratização da vida sindical, incorporando cada vez mais trabalhadores à participação nos sindicatos. Porém, em termos formais, a estrutura sindical oficial ficou intacta possibilitando aos governos daquele período e dos posteriores dela se utilizarem para o controlo dos sindicatos. A estrutura se manteve intacta, entre outros motivos, por que as lideranças sindicais, se queriam autonomia de acção e opunham-se às intervenções do Estado, defendiam a manutenção dos pontos-chave do corporativismo: unidade sindical e arrecadação compulsória da contribuição tanto de associados como de não associados.

Com a chegada dos anos 1960, o movimento dos trabalhadores pode demonstrar todo o seu vigor. Organizado nacionalmente e estruturado a partir de inumeráveis órgãos intersindicais, com destaque para o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o movimento sindical participava intensamente dos debates acerca dos destinos da sociedade brasileira. Ele tinha como seu sector hegemónico a aliança comunista-trabalhista, que liderava praticamente todas as entidades sindicais de maior representatividade.

A virada dos anos 1950 para os anos 1960, marca um período bastante rico de para a experiência democrática. Frente a diversas crises políticas que ocorreram nestes anos, o sindicalismo nacional posicionou-se ao lado da legalidade. Sua participação se intensificou quando da posse do vice-presidente João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. Com viés reformista bem acentuado, Goulart se utilizou do movimento dos trabalhadores para garantir muitos de seus intentos. Os trabalhadores, em contrapartida, se utilizaram dos espaços abertos por Goulart para avançar em suas conquistas.

O ascenso grevista do período, a intensa participação dos trabalhadores no cenário político e o receio de que os interesses do presidente pudessem levar o país para o comunismo, fez as elites temerem o que chamavam da instalação de uma "república sindicalista". Rapidamente estes sectores se articularam e, sob a guarda militar, deram o golpe no regime constitucional, destituindo o presidente, intervindo nos sindicatos e transformando o arbítrio em norma. Novamente os trabalhadores veriam cair sobre sua cabeça o peso do autoritarismo das elites brasileiras. Por mais de uma década, à excepção de dois movimentos importantes, porém pontuais, como os das greves de Osasco e Contagem, duramente reprimidas em 1968, o movimento dos trabalhadores restringiu-se a movimentação miúda e silenciosa de suas resistências no interior das empresas. Foi necessário aguardar e trabalhar por um novo contexto que possibilitasse novas investidas.

Reconstruindo o futuro: o movimento sindical e a longa transição democrática: regime em distensão e movimento sindical em tempos de rearticulação (1974/1978)

A partir do ano de 1974, o regime militar instaurado dez anos antes viveu momentos de redefinições no plano político. Tomando esta data como referência, percebe-se o desencadear de um processo através do qual a transição para a democracia começava a dar seus primeiros passos. A iniciativa no sentido de uma, ainda que lenta e controlada, abertura política veio do próprio governo, com a chamada política de distensão gradual e segura preconizada pela gestão do General Ernesto Geisel à frente da Presidência da República e arquitetada pelo seu chefe de Gabinete Civil, o General Golberi do Couto e Silva.

Para o movimento sindical, a realidade não foi diferente. Iniciava-se um momento de reestruturação política e organizacional. Neste período, as articulações intersindicais, muitas vezes estrangidas pelo seu carácter clandestino, começavam a se dar de maneira mais efectiva. Exemplo deste novo momento foi o Encontro Nacional da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). Neste evento, reivindicações no sentido de uma maior autonomia e liberdade por parte do movimento sindical, começavam a se fazer presentes.⁴ O sindicalismo organizado queria tomar parte na transição democrática.

As rearticulações do sindicalismo se deram marcadas pela combinação das continuidades e descontinuidades. O movimento militar, embora nascido da oposição ao chamado "populismo",⁵ manteve diversas das estruturas políticas do período anterior. Em particular, a estrutura corporativa construída a partir dos anos 1930. Portanto, se houve repressão e cassação do mandato de diversos dirigentes sindicais no pós-1964, isto não significa que o modelo organizacional do sindicalismo brasileiro tivesse mudado. Pelo contrário, o que se verifica é uma continuidade evidenciada na permanência da organização vertical corporativa. Portanto, quando este texto se utilizar de termos como "reorganização do movimento sindical" ou algo semelhante, estamos nos reportando somente à busca de uma acção mais livre, menos repressiva e não a uma mudança radical de modelo organizativo.

Em meio a este quadro, o movimento dos trabalhadores buscou suas possibilidades de intervenção, posicionando-se acerca das estruturas de regulamentação de suas formas de organização. Já em 1974, no Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo, no ABC paulista, que reuniu aproximadamente 400 delegados de base das empresas, algumas resoluções tinham, segundo Luiz Werneck Vianna, um evidente perfil "anticomunitarista", como a defesa da liberdade sindical e do contrato colectivo do trabalho, que tiraria o Estado das negociações trabalhistas.⁶

Apesar do optimismo, talvez exagerado, de Vianna, é inegável que as reivindicações acima apontadas indicam, pelo menos, um caminho de contestação ao regime e às suas directrizes para a organização sindical. Ao contrário, o que se viu foi a permanência da estrutura sindical existente e seu reforço por parte das correntes que formalmente a ela (estrutura sindical) se opunham. Assim, não

compartilhamos com a tese de Maria Hermínia Tavares de Almeida, para quem, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e seus dispositivos, "se adaptavam a um tipo de estrutura sindical e, portanto, a uma determinada classe trabalhadora, característica do período de predomínio das chamadas indústrias tradicionais de bens-salário".⁷ Para a autora, portanto, a CLT estaria desfasada perante a modernização do capitalismo brasileiro. Ao contrário, as reivindicações que, no discurso, postaram-se contra a CLT, tiveram uma direcção centrada apenas em seus caracteres restritivos, e não em seus fundamentos corporativos.

Também em São Bernardo, em Agosto de 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, já sob a presidência de Luís Inácio da Silva (Lula), organizou uma campanha exigindo a reposição de 34% do salário. Em 1978, no mês de Julho, na Conferência Nacional dos Trabalhadores da Indústria, um grupo dissidente lançou um manifesto que pretendia lançar as bases para a organização de um movimento sindical independente, além de reivindicar maior participação dos trabalhadores na distribuição da renda nacional, a realização de eleições directas para a Presidência da República e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.⁸

Assim, apesar do exagero em se pensar que o movimento sindical projectou transformações globais que visassem a constituição de um novo modelo organizativo, não se pode negar um processo lento de rearticulação e de demandas em favor de uma maior participação no cenário político.

Dando prosseguimento a uma sequência de movimentações anteriores, os metalúrgicos do ABC paulista entraram em greve em 1978, abrindo espaço para a paralisação que se seguiu em outras categorias. Com isso, eles rompiam com os limites estreitos estabelecidos pela lei anti-greve, com o *arrocho salarial*, o silêncio geral ao qual havia sido entregue a classe trabalhadora pelo menos desde 1968.

O processo associado ao bojo desta greve vai se desdobrar e ampliar com as greves de metalúrgicos em 1979 e 1980, às quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporam outras categorias em um verdadeiro ascenso de lutas e capacidade de reivindicação da classe trabalhadora no Brasil do período. A riqueza deste ressurgimento dos trabalhadores na cena política nacional pode ser contemplada na organização de um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), e na criação, pouco tempo depois, após inúmeros encontros e reuniões, de dois organismos intersindicais de cúpula: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT).⁹

Além disso, vale assinalar que no interior do movimento sindical, ia se consolidando uma forte disputa pela hegemonia em termos das orientações e formas de organização deste movimento. Nesta disputa, deflagrada na virada das décadas de 1970 e 1980, pode-se caracterizar dois blocos de maior relevo: de um lado, os auto denominados sindicalistas *autênticos* reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, como Luís Inácio da Silva (metalúrgicos de São Bernardo do Campo), Olívio Dutra (bancários de Porto Alegre), Jacó Bittar (petroleiros de Campinas) e João Paulo Pires Vasconcelos (metalúrgicos de João Monlevade). Estes, associados aos grupos integrantes das chamadas *Oposições Sindicais*, compunham o auto denominado

bloco *combativo*; de outro, a *Unidade Sindical* que agrupava lideranças mais tradicionais no interior do movimento sindical, muitas delas vinculadas aos sectores considerados *pelegos* pelos combativos,¹⁰ e os militantes de sectores da esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Estes dois blocos foram as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula. O primeiro, da criação da CUT; e o segundo, posteriormente dividido, das duas CGTs. É preciso notar que nas origens destes movimentos, alguns sectores que formaram a *Unidade Sindical* caminharam em certa aproximação com o chamado bloco dos *autênticos*. Como exemplo, poderíamos citar Arnaldo Gonçalves (metalúrgicos de Santos), sindicalista ligado ao PCB, que inicialmente esteve identificado com o sindicalismo *autêntico*.

Um dos marcos de surgimento do sindicalismo *autêntico*, foi o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 1978, quando um grupo de sindicalistas se opôs as orientações da directoria da confederação. Deste grupo constavam nomes associados tanto à constituição do que se convencionou chamar de "*novo sindicalismo*", como nomes relacionados à chamada esquerda *tradicional*. Até um pouco mais à frente na conjuntura, integrantes dos dois blocos participaram de encontros comuns.

Esta aproximação se deu à medida que ambos os sectores, apesar das divergências, buscavam se movimentar no interior da estrutura sindical, já que eram todos membros de direcções sindicais e, portanto, eram oriundos e actuavam dentro da estrutura. Ao longo do processo as divergências acerca das relações do movimento sindical com a estrutura sindical e quanto a participação das *Oposições Sindicais* e de sectores populares no interior de seus movimentos, entre outras, fez com que estes militantes, que acabaram por se identificar com a *Unidade Sindical*, fossem se afastando do bloco dos *autênticos*. A aproximação cada vez maior dos sindicalistas *autênticos* com os sectores de oposição sindical, em um processo que também não se deu sem tensões, garantiu a distinção definitiva dos blocos.

Neste quadro, vale destacar a conduta de alguns actores que se inseriam nos referidos blocos e que acabaram por conformar algumas de suas orientações. Indicaríamos três: primeiro, o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMP); segundo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, por último, o *sindicalismo autêntico*.

A Oposição Metalúrgica de São Paulo organizou-se no sentido de fazer frente à gestão de Joaquim dos Santos Andrade. Em 1967/1968 formou-se a primeira chapa de oposição a este presidente. A identidade deste grupo deu-se, fundamentalmente, a partir da necessidade de se combater esta directoria que, apesar de todos os esforços de movimento oposicionista, se manteve durante toda a década de 1970 e parte da seguinte.¹¹

É interessante perceber a dinâmica deste movimento na medida em que ele se transformou em uma referência para muitas das demais Oposições sindicais em todo o país. Por um lado, colocam-se contra uma administração "pelega" e comprometida com o regime militar. De facto, não é por acaso que, tendo ajudado a interventoria que, no ano de 1964 depôs o então presidente Affonso Dellelis, Joaquim

dos Santos Andrade chega à presidência do Sindicato no ano seguinte, como candidato único. Em 1967, o candidato opositor seria o militante da Juventude Operária Católica (JOC), Waldemar Rossi. Além deste segmento, compunham a Oposição Metalúrgica de São Paulo, militantes cassados da gestão pré-64, pequenos grupos de esquerda e dissidentes do PCB.¹² Apesar do papel “nefasto” que o sindicalismo oficial tinha, na óptica destes segmentos, apesar do papel de “delação” que a directoria do sindicato mantinha, o movimento opositor aglutinava-se, prioritariamente a partir das eleições. Isolados nos anos 1970 e cada vez mais identificados como um grupo efectivamente organizado, a oposição metalúrgica procurou, na primeira metade da década de 1970, concentrar-se em “pequenas lutas”, no interior das fábricas.

A prioridade do trabalho nas fábricas, em pequenas lutas, não se dá inicialmente. Ele é, na verdade uma imposição da conjuntura repressiva. O interesse do Movimento opositor nunca deixou de ser o de conquistar contínuo reconhecimento e voltar a poder participar de eleições, de disputar a direcção do sindicato “legalista”. Pois, de outra forma, teriam pensado com maior zelo na criação de organismos paralelos, mesmo que às custas de um inevitável e maior isolamento. Além disso, apesar daquela prioridade, não se deve esquecer que a Oposição Metalúrgica de São Paulo não deixou nunca de participar de eleições. Em 1972, de acordo com documento elaborado pelos seus militantes, a Oposição participou do pleito, considerado como momento fundamental de aglutinação e fortalecimento do grupo.¹³

Com relação ao Partido Comunista, sua actuação no movimento sindical era coerente com o projecto de frente única democrática. O Partido Comunista, assim, mesmo nos momentos em que reflectia acerca do movimento sindical propriamente dito, nunca deixou de mencionar, como elemento favorável a um lento processo de reaglutinação das lutas sindicais a partir da metade da década de 1970, as vitórias do MDB, partido opositor nas eleições de 1974 e 1976.¹⁴

O posicionamento dos comunistas, portanto, reflecte uma conduta que, para sectores como a Oposição Metalúrgica de São Paulo, será tida como vacilante. Para o PCB, além da luta sindical propriamente dita, cabe um projecto que aglutine amplos sectores da sociedade brasileira no sentido da redemocratização, incluindo a luta por uma nova constituinte e a participação activa no processo eleitoral.¹⁵

Deste modo, pode-se compreender a lógica das propostas de Unidade Sindical dos Comunistas. Para segmentos ditos mais à esquerda, as declarações acima representam um institucionalismo que apenas enfraquece a luta contra o regime militar. Porém para os comunistas, o carácter de frente por eles defendido, é coerente com a ideia de unidade expressa na defesa do sindicalismo único. Pois o contrário levaria à divisão das forças que deveriam se unir em torno da bandeira democrática.

O chamado *sindicalismo autêntico* teve como um de seus lastros iniciais um grupo de militantes independentes organizados a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Ele foi uma das bases para o surgimento do chamado “*novo sindicalismo*”. Sem vínculos com as organizações de esquerda mais radicalizadas e também bastante críticos com relação ao PCB, este segmento

apresenta-se com um discurso inicialmente “purificador”, pois, ao mesmo tempo que reivindicava para si o papel de romper com os “vícios” das práticas tradicionais, considerava-se apolítico. Sua importância neste período ainda é relativamente pequena. Apenas em 1978 é que ganhará notoriedade nacional e será percebido como um referencial importante no sindicalismo brasileiro. Em outras palavras, não poderia mais ser ignorado por empresários e também por seus concorrentes, sejam os comunistas, sejam as Oposições sindicais e organizações de vanguarda, sejam os chamados “pelegos”.

Se para os comunistas este advento causou surpresa e provocou preocupações, para outros sectores, a surpresa transformou-se imediatamente em um grande optimismo. Parecia que o “novo” despontava no cenário político nacional. Assim é que, já em 1978, em entrevista, Luís Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e um dos expoentes do “novo sindicalismo”, afirmava “a falência da actual estrutura sindical, assim como da actual lei de greve”.¹⁶

O optimismo de Lula não correspondeu à realidade dos fatos e nem à força das tradições. Basta lembrarmos das indicações de Leôncio Martins Rodrigues de que: 1) se não fosse o fato de Lula e seus companheiros serem desconhecidos e, portanto, com margem de manobra maior que os comunistas, por exemplo; 2) não fosse o apoio de uma importante instituição da sociedade civil que é a Igreja, através do trabalho com pastorais; e, 3) não fosse a fortíssima estrutura corporativa montada desde os anos 1930 — que Lula chamava de retrógrada — dificilmente o dito “Novo Sindicalismo teria conseguido trilhar o caminho tão fértil que trilhou”.¹⁷

Estes segmentos, acima descritos de maneira rápida, transformaram-se ao longo dos anos. Nos anos seguintes a 1978, com a consolidação do sindicalismo de São Bernardo como uma referência nacional e os debates acerca do papel do sindicalismo brasileiro e das centrais sindicais, as divergências ficaram mais explícitas. A partir daí, configurou-se uma divisão que foi a tônica do movimento sindical no Brasil durante os anos 1980.

Sindicatos e transição na década de 1980

O período compreendido entre os anos de 1980 e 1985, última etapa deste estudo, caminha em um sentido de aceleração das demandas populares em prol do aprofundamento do processo democrático. Apesar de algumas demonstrações de descontentamento por parte de agrupamentos paramilitares, evidenciados em episódios como as bombas no Riocentro — quando se comemorava o 1.º de Maio com um show de artistas populares, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e na Ordem dos Advogados de Brasil, predominou, naquele período, um processo de rearticulação da sociedade civil capaz de garantir o processo de consolidação democrática. Diversas entidades estiveram à frente da luta em prol da redemocratização do país. Podemos citar, como exemplo, a Igreja, a Associação Brasileira de

Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, as associações comunitárias e estudantes e os sindicatos.

O evidente desgaste do regime militar foi demonstrado em um sem número de medidas casuísticas do governo que visavam barrar o avanço das forças oposicionistas e democráticas. Como exemplo, podem ser citados os casos da prorrogação por mais dois anos dos mandatos de vereadores e prefeitos que findavam em 1980 e a decretação do voto vinculado nas eleições de 1982.¹⁸

O movimento sindical brasileiro viveu, como de resto todos os segmentos interessados na erradicação do regime militar, um período de profundo optimismo. Aparentemente, uma nova era viria a surgir, com a possibilidade de afirmação de mudanças sem precedentes na história política brasileira. O chamado "peleguismo" viria a ser questionado pelo aparente "novo sindicalismo".

O período, como não poderia deixar de ser, era de intensa mobilização. Apesar do país ainda viver sob um regime militar, havia a possibilidade de articulações mais amplas que, como vimos, começou já na segunda metade da década passada. Os impactes da acção dos *novos actores*, segundo Moisés,¹⁹ teria atingido a arena política geral de forma pouco palatável para o regime, ainda que este já se orientasse para a distensão. Deste modo, "partindo de reivindicações bem precisas e concretas, definidas no terreno especificamente sindical, o "novo sindicalismo" evoluiu no sentido de apresentar certas demandas políticas que não são toleradas pelo Estado". O alcance destas acções, intentando a conquista de direitos sociais e políticos dos trabalhadores, projecta o "novo sindicalismo" na luta geral pela democracia no Brasil.

Os anos 1980 seriam de extrema importância para o sindicalismo brasileiro em virtude do processo desencadeado no sentido de formação das Centrais Sindicais, proibidas pela legislação corporativa, mantida pelo regime militar. A organização de entidades de carácter horizontal, demonstrará concepções políticas e ideológicas aparentemente distintas. Entretanto, estarão unificadas em um comportamento mantenedor do estatismo sindical brasileiro. As Centrais, proibidas por lei, passaram a funcionar de fato. Entretanto, mesmo dentro da CUT, e cada vez mais, representavam sindicatos oficiais que viviam sob os auspícios do imposto compulsório criado pelo Estado Novo, relegando às oposições sindicais um papel de mero coadjuvante.

Depois de intensos movimentos grevistas que, a partir dos metalúrgicos do ABC paulista, traziam à tona as mobilizações silenciosas do interior fabril, o movimento dos trabalhadores vinha recuperar seu espaço. Apesar da intervenção em muitos sindicatos promovidas pela ditadura em processo de enfraquecimento. O movimento sindical ia testando os limites do regime e expondo suas fraquezas. A passos rápidos, o sindicalismo cada vez mais vibrante caminhou na direcção de uma unificação que o fortalecesse e lhe desse uma coordenação nacional. Entretanto, este processo acabou por explicitar as subjacentes tensões, que se arrastavam já de algum tempo, acerca das práticas e orientações seguidas pelos grupos envolvidos.

A grande e fundamental disputa pela hegemonia do movimento sindical brasileiro, foi a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT),

realizada em 1981. Ali, os dois sectores apresentaram e debateram suas propostas. Desta CONCLAT foi eleita uma comissão coordenadora da Central Única dos Trabalhadores (a Comissão Pró-CUT) que agregava membros de ambos os segmentos e tinha como tarefa não só encaminhar a luta geral da classe trabalhadora brasileira, mas também, preparar a organização da II CONCLAT, onde, conforme definição congressual prévia, se deveria fundar a CUT, até então pensada como central unitária de todas as correntes sindicais de esquerda.

Porém, o sector identificado com a *Unidade Sindical*, alegando que 1982 era um ano eleitoral e que um congresso naquele período poderia dividir os trabalhadores, se empenhou pelo adiamento do mesmo. Após muitas idas e vindas de reuniões, polémicas e votações, este sector logrou seu intento e o encontro foi transferido para o ano seguinte. Não sem a crítica do sector que agrupava *Autênticos e Oposições*.

As eleições gerais de 1982 eram vistas sob ângulos diferentes, e até antagónicos, por parte de uma e de outra corrente da CONCLAT. Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, as via sob a óptica de centralidade que o PCB lhe dava, considerando-o um momento fundamental para o avanço da democracia no país.²⁰ Na visão de Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, membro do bloco *combativo* e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), o processo eleitoral que se avizinhava tinha importância; porém, deveria ser relativizado, uma vez que a democracia plena apenas “será alcançada com a organização dos trabalhadores”.²¹ Pelas razões expostas, enquanto o primeiro defendeu o adiamento da CONCLAT, o segundo preferia que o encontro se realizasse ainda em 1982.

De pouco ou nada adiantou adiar o congresso evitando a divisão dos trabalhadores. Os partidos de oposição apresentaram-se divididos nas eleições, e com eles os trabalhadores identificados à sua política.²²

Com a chegada de 1983, o clima de tensão e divisão entre os grupos já parecia sem retorno. Marcada para aquele ano, a CONCLAT enfrentaria novos problemas para se realizar. A grande questão se estabelecia a partir do fato de que os *combativos*, que já desde 1982 se articulavam com sectores do movimento popular na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS), insistiam na ampliação dos espaços de participação às *Oposições Sindicais*; a *Unidade Sindical*, ancorada na estrutura sindical vigente, não aceitava tal ampliação insistindo em que só dirigentes sindicais poderiam participar. O que estava em jogo na entrada ou não das *Oposições Sindicais*, era o possível crescimento do poderio dos *combativos* e o decorrente enfraquecimento do outro sector. Diante do quadro, mais uma vez, a *Unidade Sindical* tentou adiar o encontro.

Dispostos a sustentar o que fora definido anteriormente, os sectores ligados à ANAMPOS, resolvem manter a data de 26, 27 e 28 de Agosto de 1983 para a realização do encontro. Sem a participação dos sectores vinculados à *Unidade Sindical*, este encontro foi realizado em São Bernardo do Campo (SP). Nele, com a presença de 5059 delegados e 912 entidades, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Diante da efectivação da ruptura, a *Unidade Sindical* resolveu organizar um

outro congresso para os dias 4, 5 e 6 de Novembro de 1983. Seguindo a proposta do PCB, este encontro que, realizado em Praia Grande (SP), reuniu 4234 delegados e 1243 entidades, opta por não criar uma central sindical, ratificando a divisão do movimento sindical brasileiro. Criou-se, então, a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Com o crescimento da CUT ao longo dos anos 1980, os sectores associados à CONCLAT acabam por fundar a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986. Esta tentará, sem sucesso, rivalizar com a CUT quanto à hegemonia do sindicalismo.

Em 1985, finda oficialmente o regime militar com a eleição presidencial que inaugura o que se chamou de *Nova República*, trazendo José Sarney à presidência. A relação do sindicalismo frente ao Estado, não se alterou em muito se comparada com a fase inicial da transição democrática. No campo dos sectores ligados à CUT, teremos uma crítica constante aos grupos no poder. A CONCLAT e depois a CGT, em muitos casos, acabaram por se abster de uma postura crítica. O movimento sindical seguirá em frente, agora, oficialmente, sem as peias restritivas da ditadura militar, embora com evidente marcas da herança varguista.

Considerações finais: os limites e a fragilidade da democracia brasileira

Ao longo do texto procuramos demonstrar a importância assumida pelo movimento sindical brasileiro em termos da consolidação do sistema democrático. Como pudemos perceber, este sistema padecia historicamente de excessivos limites e de enorme fragilidade. Os trabalhadores foram aqueles que mais sentiram em sua pele tanto as restrições das ditaduras, quanto as limitações dos períodos democráticos.

Tomando-se os dois primeiros subperíodos dentro da conjuntura que se convencionou chamar de "ensaio da democracia brasileira" (1945/1964), pudemos perceber de que maneira as elites nacionais, mais ou menos intensamente, dependendo da situação, se mostraram avessas à participação político-social de sectores representativos dos interesses dos trabalhadores.

Mais do que representar uma arena para o embate de interesses, a democracia brasileira, na visão das elites, deveria ser um espaço sem tensões, onde só se legitimasse todas as vontades dos "donos do poder". Todas as vezes em que o regime democrático se mostrou um pouco mais que isso, por força da acção dos grupos subalternos, não se furtaram em articular golpes e destituir governos.

Olhados em seu conjunto pode-se ver que nos dois subperíodos o movimento operário-sindical representou uma força activa em termos da consolidação da democracia no Brasil. Contudo, exactamente por acreditar demasiadamente nas possibilidades de sua inserção e no possível respeito às "regras do jogo" pela elite, aquele movimento acabou por, no primeiro momento, defender até aos estertores as formas institucionais de luta e intervenção e, no segundo, confiar em um quase ilimitado espaço para tensionar pelas mudanças que buscava.

No segundo momento (1974/1978), os trabalhadores, premidos pelo regime ditatorial, lutaram intensamente, da forma que podiam, para manter suas garantias e direitos frente ao modelo de acumulação capitalista. Sua luta de cunho corporativo, pelos limites estritos impostos pelo sistema, acabou ganhando foros mais amplos e serviu de respaldo e apoio à luta mais geral pela democratização do país. O salto entre a luta corporativa e a luta política mais geral pode ser sentido na criação de um partido político por parte dos sectores mais dinâmicos do movimento sindical daquela conjuntura.

A ditadura, embora em franca distensão, não se furtou a tentar impor limites as movimentações dos trabalhadores. Se foi pega de surpresa, por exemplo, pela greve dos metalúrgicos do ABC de 1978, preparou-se para as vindouras, nesta e em outras categorias profissionais, e coibiu-as, chegando a intervir em sindicatos, casar líderes sindicais e enquadrá-los na draconiana Lei de Segurança Nacional. Mesmo assim, não conseguiu deter as mobilizações que ganhavam cada vez mais espaço.

Porém, assim como no período anterior, as mudanças que o movimento sindical em ascenso conseguiu em termos da estrutura sindical corporativa não foram de grande monta. Como havia sido efectivado anteriormente, por comunistas e trabalhistas, o que se fez foi, apesar da retórica mais agressiva, democratizar a estrutura sindical incorporando mais trabalhadores à vida dos sindicatos e tornando estes verdadeiros instrumentos de conquista e manutenção de direitos para os trabalhadores. Apesar dos tremendos avanços que esta democratização significou, a estrutura sindical corporativa, verdadeiro fenómeno de durabilidade, mantenedora do atrelamento dos sindicatos ao Estado, cerceando sua autonomia, e que tem servido impávida a democracias e ditaduras no Brasil, continuou pairando sobre a cabeça dos trabalhadores e de suas organizações. Vale lembrar, por fim, que o desejo de unidade ancorado na liberdade e autonomias foi enfim consagrado com a Constituição de 1988. Como diz Ângela de Castro Gomes, o movimento sindical ganhou autonomia ante o Estado, que não mais “reconhece” sindicatos nem neles pode interferir, mas continua mantendo o monopólio de representação de “sua” categoria profissional e organizando-se a partir de uma estrutura verticalizada que não permite centrais sindicais.²³

Mesmo os avanços conseguidos ao longo da primeira metade anos 1980, com a redemocratização do sistema político e com o desenvolvimento organizacional e mobilizatório dos trabalhadores em escala cada vez maior, deixaram intacta a estrutura de controlo sobre os sindicatos. Muitas das limitações foram postas abaixo, na prática, pelo movimento vivo dos trabalhadores; porém, o sindicalismo teve — e, de certa forma, ainda tem — de lidar, com as limitações do sistema de regulação corporativo. Assim, a democracia brasileira apresentava, nesta nova fase, as formas limitadas pelas quais garantiria a inserção dos trabalhadores no sistema político e social.

Notas

- 1 Ângela de Castro Gomes, *Cidadania e direitos do trabalho*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.
- 2 Jover Telles, *O movimento sindical no Brasil*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962, p. 23.
- 3 Para que se tenha uma ideia do volume dessas entidades poderíamos citar entre outras: a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), que agrupava sindicatos do Distrito Federal; o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que congregava ferroviários, portuários e estivadores de todo o Brasil; o Fórum Sindical de Debates (FSD), e o Pacto de Ação Conjunta (PAC) que esteve à frente da greve dos 700 mil em São Paulo. O coroamento de todo este processo vai se dar com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que, de certa forma, condensa todas as questões expostas pelas outras entidades.
- 4 Luís Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, 2.^a ed. São Paulo, Paz e Terra, 1978.
- 5 O conceito de *populismo* tem sofrido uma série de revisões por parte de historiadores e cientistas sociais. Há, entretanto, uma vasta escola de autores que incorporaram o conceito entendendo-o como específico, na América Latina, dos regimes inaugurados a partir do rompimento com os Estados agrário-liberais. Neste caso, os exemplos clássicos de regimes populistas seriam os de Cárdenas no México, de Getúlio Vargas no Brasil e de Juan Domingo Perón na Argentina. Sobre os conceitos clássicos de populismo, ver: Armando Boito Júnior, *O sindicalismo de Estado no Brasil*, São Paulo, Hucitec, 1991. Para uma revisão do conceito, ver: Francisco Martinho, "O populismo sindical: um conceito em questão", em Elisa Reis, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Peter Fry (Organizadores), *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*, São Paulo, ANPOCS/Hucitec, 1996, pp. 30/49; ver também: Jorge Ferreira (organizador), *O populismo e sua história: debate e crítica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- 6 Luís Werneck Vianna, *Obra citada*, p. 288.
- 7 Maria Hermínia Tavares de Almeida, "O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", em *Debate e Crítica*, n.º 6, São Paulo, Hucitec, 1975.
- 8 Maria Dalva Gil Kinzo, *Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB (1966/1979)*, São Paulo, Vértice, 1988.
- 9 A CONCLAT passaria a ser mais tarde, em 1986, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que depois também se dividiria em duas CGTs (uma, Central; a outra, Confederação).
- 10 *Pelego*: A pele do carneiro com a lã, usada nos arreios à maneira de xairel. Designação depreciativa comum aos agentes mais ou menos disfarçados do Ministério do trabalho nos sindicatos operários ou às lideranças sindicais mais próximas do patronato e da conciliação de classes. Cf. Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 1298.
- 11 Hamilton Faria, *A experiência operária nos anos de resistência. A oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1974/1978)*, Dissertação

- de Mestrado em sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986, mimeo.
- 12 Éder Sader, *Quando novos personagens entram em cena — experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*, SP, Paz e Terra, 1988.
- 13 “Breve histórico da Oposição Sindical. Grupos de militantes da OSMSP dos Setores Sul, Leste, Oeste e Cidade Ademar, março de 1979” em Celso Frederico, *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*, Vol. 1, São Paulo, Novos Rumos, 1987.
- 14 “A Situação autal e as tarefas que se impõem ao movimento sindical”, *Voz Operária*, n.º 133, Abril de 1977, Celso Frederico, *Obra citada*.
- 15 “Isolamento das massas trabalhadoras: Deficiência a ser superada para que se consolide o avanço dos democratas”, *Voz Operária*, n.º 137, agosto de 1977, Celso Frederico, *Idem*.
- 16 “São Bernardo: uma Experiência de Sindicalismo “Autêntico”, em *Cara a Cara*, Ano I, n.º 2, Centro de Estudos Everardo Dias, Campinas, 1978.
- 17 Leôncio Martins Rodrigues, “As tendências políticas na formação das Centrais Sindicais”, em Armando Boito Jr (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, SP, Paz e Terra, 1991, pp. 11/42. Para uma análise mais pormenorizada das relações entre o “velho” e o “novo” sindicalismo ver: Marco Aurélio Santana, “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.º 41, São Paulo, ANPOCS, 1999.
- 18 David Fleicher, *Da distensão á abertura: as eleições de 1982*, Brasília, Editora da UNB, 1988.
- 19 José Álvaro Moisés, *Greve de massa e crise política*, São Paulo, Pólis, 1978, p. 73.
- 20 Segundo ele, “A luta evidentemente prosseguirá com a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte e outras bandeiras que venham consolidar a democracia, até os direitos fundamentais da pessoa humana sejam definitivamente restabelecidos no País”. Suplemento da Revista do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), 1982.
- 21 Suplemento da Revista do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), 1982.
- 22 Os sindicalistas independentes e as oposições sindicais participaram da construção do Partido dos Trabalhadores. Alinhados com as teses de frente democrática, os militantes do PCB e do PC do B apoiaram o PMDB, lançando críticas ao “divisionismo” do PT.
- 23 Ângela de Castro Gomes, *Obra citada*, p. 63-64.